

Relatório da Administração

2024



cielo

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”.

As Demonstrações Contábeis contemplaram os saldos das contas da Cielo, das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo e Cielo USA; e dos Fundos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (FICs). A apresentação gerencial denominada “Cielo Brasil” representa os resultados das empresas Cielo, Stelo, Aliança, Servinet e FIDCs estruturados pela Companhia.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominados em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo foram eliminadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma.

Conforme facultado na Instrução Normativa BCB nº 236/22, a Cielo optou por manter a apresentação do Comentário de Desempenho baseado nas Demonstrações Contábeis preparadas em COSIF de maneira consistente com as divulgações dos exercícios anteriores.

O ano de 2024 foi desafiador e marcante na história da Cielo, em que mostramos mais uma vez a nossa força e capacidade de adaptação frente a um mercado dinâmico como o de meios de pagamento.

Nesse ano, a Companhia manteve um ciclo importante de investimentos focados na criação de novas capacidades e geração de valor por meio do seu programa de transformação, o #PraCimaCielo. Esses investimentos continuam a direcionar os resultados da Cielo, agregando qualidade e eficiência aos serviços prestados. Além de reverter a tendência do volume capturado de cartões (TPV), que passou novamente a apresentar crescimento a partir do segundo trimestre de 2024, observamos ganhos de eficiência operacional, como, por exemplo, na redução de custos da Cielo Brasil e no resultado financeiro, que foi impulsionado por iniciativas de otimização das operações de ARV e ações estratégicas de gestão de passivos. Esse resultado reflete as iniciativas de melhoria nos processos de negócios que sustentam nossos produtos e serviços.

Ao longo de 2024, demos passos importantes no nosso objetivo de posicionar a Cielo como *best in class* em qualidade de serviços prestados. Destaque para a adoção cada vez maior de inteligência analítica para antecipar necessidades dos nossos clientes, como, por exemplo, na troca de baterias ou terminais com o uso de modelos preditivos; a maior agilidade organizacional, que pode ser observada nas áreas de Produtos e Tecnologia, com redução do tempo de lançamento de novas soluções ("*time-to-market*"); e os avanços em produtos e serviços, como na simplificação do processo de *onboarding* da nossa solução *tap on phone* ("Cielo Tap") e na implementação do Recebimento Automático em D+1, que garante aos empreendedores o acesso mais rápido aos recursos gerados pelas vendas.

Essas melhorias refletem diretamente na experiência do nosso cliente, um tema chave para a Companhia, e seu resultado pode ser observado no *Net Promoter Score* (NPS), que atingiu o maior nível da história da Cielo ao final de 2024. Adicionalmente, fomos destaque na categoria "Meios de pagamento eletrônicos" na premiação do Reclame Aqui, considerada uma das mais importantes premiações de atendimento e reputação do Brasil.

O compromisso contínuo com nossa equipe também continua sendo reconhecido pelo mercado. A *Great Place to Work* ("GPTW"), concedeu à Cielo o selo de melhores empresas para se trabalhar no *Ranking* Mulheres, endossando o comprometimento com uma cultura inclusiva. Nesse ponto, cabe o destaque para a participação feminina na alta administração da Companhia, com mulheres representando 50% da composição de sua Diretoria Executiva e 33% de seu Conselho de Administração.

Agradecemos o empenho e liderança de todos os colaboradores. Seguimos o compromisso com a excelência, inovação e geração de valor. Estamos confiantes

de que 2025 trará ainda mais conquistas para a Cielo e para todos que fazem parte de nossa história.

Por fim, em 2024 foi lançada a Oferta Pública de Aquisição (OPA) pelos acionistas controladores da Companhia. Sua conclusão resultou na saída do Novo Mercado e na deslistagem da Cielo, com alteração do seu registro de emissor na CVM da Categoria “A” para “B”. Esse movimento permite maior alinhamento às necessidades e desafios do mercado de pagamentos e a oferta de um portfólio de soluções ainda mais amplo a nossos clientes.

VOLUME FINANCEIRO DAS TRANSAÇÕES

Em 2024 o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 837,5 bilhões, um aumento de 2,6% ou R\$ 21,3 bilhões em comparação a 2023.

Na Cateno o volume financeiro de transações totalizou R\$ 427,9 bilhões em 2024, um aumento de 3,1% ou R\$ 13,0 bilhões em comparação a 2023.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 10.295,2 milhões em 2024, representando uma redução de 2,9% ou R\$ 305,9 milhões em relação a 2023.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 5.888,3 milhões em 2024, representando um aumento de R\$ 278,9 milhões, ou 5,0% em comparação a 2023.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 2.401,4 milhões em 2024, apresentando um aumento de R\$ 912,8 milhões, ou 61,3% quando comparadas com os R\$ 1.488,6 milhões em 2023.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 306,5 milhões positivos em 2024, representando uma melhora de R\$ 459,5 milhões quando comparado com os R\$ 153,0 milhões negativos em 2023.

RECURSOS HUMANOS

A Estratégia da Gestão de Recursos Humanos tem o objetivo de impulsionar a jornada do nosso time, gerando orgulho de pertencer e valor sustentável ao negócio, garantindo a geração de valor para os acionistas, para o nosso time e demais pessoas envolvidas na operação da Companhia. Essa geração de valor se dá por meio do alinhamento dos interesses dos *stakeholders*, da busca pela sustentabilidade do negócio e por meio da ótima gestão do capital humano envolvido na operação da Companhia.

Acompanhamos as transformações focadas no presente, com o olhar para o futuro, impulsionando a mudança de dentro para fora pelo nosso jeito de ser e fazer, engajando as pessoas colaboradoras e oferecendo aos nossos clientes internos e externos um serviço de excelência. Fazemos isso por meio da nossa Cultura e do nosso propósito de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas, de modo que impacte positivamente a vida de cada pessoa colaboradora da Cielo. Isso ocorre por meio das nossas cinco competências: Empatia Assertiva, Ambição Transformadora, Senso de Dono, Colaboração e Senso de Urgência.

A Cielo se importa e investe em iniciativas que promovem a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas que formam o Time Cielo. Por isso, por meio do Programa “De Bem com a Vida” viabilizamos diversas iniciativas para promover uma gestão de saúde integrada, um ambiente saudável e emocionalmente seguro. O De Bem com a Vida é organizado em três pilares, sendo eles: Saúde em Equilíbrio, Sempre em Movimento e Facilidades para Você. A partir dessa organização temos iniciativas voltadas para a Saúde, Nutrição, Gestação e Parentalidade, Atividade Física, Lazer, Cultura, Parcerias e Eventos. Faz gestão também de uma Comunidade de Saúde Mental e um grupo de afinidade em Saúde Mental, para o fortalecimento e promoção da nossa cultura em Saúde e Segurança Emocional. O programa é reconhecido pelos colaboradores, com favorabilidade de 82,2% na pesquisa interna de Experiência do Colaborador sobre equilíbrio de vida e bem-estar.

Muito mais do que políticas e práticas, construímos todos os dias um ambiente onde cada pessoa se sinta valorizada, respeitada e capacitada. Somos um time que cuida e acolhe todas as pessoas.

No final de dezembro de 2024, o Grupo Cielo contava com 6.672 pessoas colaboradoras e 201 estagiários.

As ações da Cielo com foco na promoção do desenvolvimento sustentável são norteadas pela Política de Sustentabilidade, a qual orienta a Companhia para a implementação de uma agenda de práticas ambientais, sociais e de governança (ASG em português e ESG – *Environmental, Social and Governance* em inglês, sigla comumente utilizada).

A implementação dessa agenda tem como propósito compatibilizar o sucesso do negócio a longo prazo e a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado.

Para estruturar o atingimento desses compromissos, a Cielo estabeleceu um Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, aprovado pela Diretoria Executiva e em linha com a Estratégia da Companhia, que estabelece 8 objetivos estratégicos de sustentabilidade distribuídos em 4 pilares, sendo eles:

- Estratégia e Engajamento ESG;
- Gestão de Riscos e Oportunidades ESG;
- Diversidade, Equidade, Inclusão e Impacto Social; e
- Ecoeficiência e Mudanças Climáticas.

Os objetivos estratégicos de sustentabilidade se desdobram em ações ligadas a diferentes frentes da Companhia, sejam com impactos que gerem mudanças nas operações, sejam em oportunidades de geração de valor compartilhado pelo modelo de negócio, ou ainda em sua atuação social para transformação do contexto em que o negócio opera.

A execução do planejamento é acompanhada pela Vice-Presidência Executiva de Gente, Gestão e Performance, com reporte à Diretoria Executiva, e apoiada por Fóruns de Assessoramento. Além disso, sua evolução é acompanhada periodicamente pelo Comitê de Sustentabilidade, que reporta o seu progresso ao Conselho de Administração.

Cabe destacar a Estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão, estruturada visando incorporar a prática e promoção do tema na representatividade e na cultura da Companhia, em linha com os atributos culturais necessários para alavancar o negócio. Assim, foram estabelecidos seis compromissos que contemplam aspectos ligados à identidade de gênero, raça e etnia, deficiência e LGBTQIAPN+.

A Companhia conta com quatro Grupos de Afinidade - espaços seguros para discutir sobre Diversidade e Inclusão e gerar iniciativas de transformação, sendo eles:

(i) “Somos Todos Um”, voltado à inclusão de pessoas com deficiências; (ii) “Blue To Black”, voltado às pautas étnico-raciais; (iii) “Prisma”, voltado à inclusão da comunidade LGBTQIAPN+; e (iv) o “Além do Gênero”, voltado à equidade de gênero.

No primeiro trimestre de 2022, a Cielo anunciou metas de representatividade que objetivavam tornar o quadro de colaboradores mais diverso e representativo. As metas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e até 2025, o número de mulheres no quadro geral deverá representar 45% do total, enquanto 42% dos cargos de liderança deverão ser ocupados por mulheres. Além disso, os profissionais negros e indígenas deverão corresponder a 35% do efetivo, ao passo que 22% dos cargos das lideranças deverão ser ocupados por profissionais negros e indígenas.

A Cielo possui uma Estratégia Climática, que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), metas e engajamento com a cadeia de valor. Cabe destacar que nossa taxonomia para a gestão de riscos climáticos está alinhada com as recomendações da *Task Force on Climate related Financial Disclosures* (TCFD), iniciativa que busca a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos e oportunidades relacionadas às questões climáticas.

Ainda, os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001. As emissões residuais de GEE de escopo 1 e 2 são compensadas por meio de créditos de carbono de projetos que evitam a emissão de gases de efeito estufa a partir de ações voltadas para a conservação florestal e/ou eficiência energética.

Anualmente, a Cielo publica o seu Relatório Integrado, instrumento pelo qual apresenta informações sobre a performance e os impactos de seu modelo de negócio, estruturando as informações financeiras em sinergia com os aspectos ambientais, sociais e de governança. A publicação oferece uma ampla visão estratégica da Cielo, seu modelo de negócio e geração de valor e está disponível em <https://www.cielo.com.br/sustentabilidade/central-de-downloads/>.

DESTAQUES ESG

Cielo impulsiona o Empreendedorismo Social



A Cielo uniu forças com o projeto ASMARA, da ONG Gerando Falcões, para promover a inclusão financeira e o empoderamento feminino em diversas favelas no Brasil.

Saiba mais em: <https://blog.cielo.com.br/institucional/projeto-asmara/>

3ª edição do Programa Impulsiona Cielo tem foco na Amazônia, em preparação para a COP 30



Voltado para mulheres de Belém e região, a iniciativa visa fomentar e desenvolver a economia com a capacitação de empreendedoras e trabalhadoras do comércio. Saiba mais em <https://blog.cielo.com.br/institucional/impulsiona-cielo-amazonia>

A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para uma performance sustentável. Para tanto, a Cielo adota, de maneira voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o melhor interesse de seus acionistas.

A maximização de sua eficiência e a criação de valor de longo prazo traduz-se por meio de diversas iniciativas adotadas pela Companhia ao longo dos anos, as quais definem os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Cielo. Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu sua Política TPR, que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvessem potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de governança corporativa e de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deverá ser composto por no mínimo 07 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, os quais não exercem função executiva na Cielo, sendo 01 (um) membro considerado independente. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros e exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 06 (seis) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 08 (oito) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de *Environmental, Social and Governance* ("ESG"), Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Diversidade, Fórum de Produtos, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Prevenção à Fraude e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes.

AGRADECIMENTOS

Motivados pelo que conquistamos nos períodos anteriores, mantemo-nos cientes dos desafios e oportunidades que se apresentam no mercado de pagamentos e empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor.

Agradecemos toda a dedicação do nosso time e a confiança de nossos clientes, acionistas e parceiros.

Informamos que, para o exercício de 2024, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa até 31 de dezembro de 2024, que consiste: (i) na asseguuração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança apresentadas no Relatório Anual Integrado de 2023; e (ii) na asseguuração limitada da Emissões de Gases de Efeito Estufa de 2023. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da Companhia, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações contábeis, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante desses serviços, em conjunto, totaliza R\$ 77,3 mil e representa cerca de 3,9% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis do Grupo Cielo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Informações adicionais sobre honorários de auditoria são disponibilizadas no Formulário de Referência.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações Contábeis referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e
relatório dos auditores independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
(COSIF)

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas	2
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
1 Contexto operacional	14
2 Informações materiais da política contábil	17
3 Demonstrações Contábeis Consolidadas	25
4 Disponibilidades	26
5 Ativos financeiros	26
6 Fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs")	28
7 Contas a receber operacionais	29
8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos	29
9 Investimentos	32
10 Imobilizado de uso	34
11 Intangível	36
12 Obrigações por empréstimos e financiamentos	37
13 Contas a pagar a estabelecimentos	38
14 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	39
15 Patrimônio líquido	41
16 Lucro líquido por ação	43
17 Receita líquida	44
18 Gastos por natureza	45
19 Compromissos	46
20 Benefícios a empregados	46
21 Participação de colaboradores e administradores no resultado	47
22 Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal	47
23 Incentivo de longo prazo	48
24 Resultado financeiro	48
25 Gestão de riscos	49
26 Transações e saldos com partes relacionadas	54
27 Resultado não recorrente	57
28 Itens que não afetam o caixa	58
29 Cobertura de seguros	58



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação das Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas nº 2.8, 7, 13 e 17 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito. Para as Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações. Para as Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações, assim como testes de liquidação subsequente para os saldos em aberto na data-base. Para as contas de receita operacional bruta efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como recálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.8, 7, 13 e 17. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)

Veja as Notas nº 9 e 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e nº 11, o valor dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individual inclui valores de ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), classificados nas demonstrações contábeis consolidadas em conta específica, cuja realização está suportada por meio de estudo do “Fluxo de Caixa Descontado” baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do investimento em controladas registrados nas demonstrações contábeis individuais e o valor do intangível registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no último estudo de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração da controlada, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste estudo. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado no segundo semestre de 2024. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração na última avaliação efetuada com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 9 e nº 11. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas nº 7 e 25 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 25, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são: (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de <i>chargeback</i> , estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis. Efetuamos, por amostragem, testes relacionados à atribuição do <i>rating</i> para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por

utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de <i>ratings</i> e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações. Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	parte dos emissores e subcredenciadores. Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de <i>rating</i>, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber, recalculamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações contábeis. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 7 e 25, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
---	--

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 100 da Resolução BCB nº 352, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram apresentadas separadamente pela Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 26 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

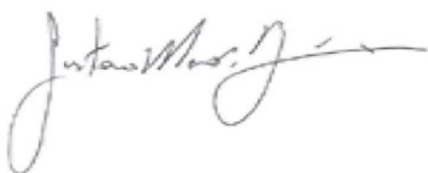
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Gustavo Mendes Bonini

CRC 1SP296875/O-4

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante						Circulante					
Disponibilidades	4	111.881	63.146	119.811	69.745	Obrigações por empréstimos	12	3.105.827	4.732.526	3.105.827	4.732.526
Ativos financeiros	5	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419	Outras obrigações		103.079.936	94.748.666	87.955.338	77.841.668
Fundos de investimento em direitos creditórios	6	12.659.622	13.398.720			Sociais e estatutárias		4.052.634	302.631	4.077.859	376.912
Rendas a receber	7	101.326	128.977	1.675.120	2.546.047	Fiscais e previdenciárias	8	103.124	78.669	758.989	778.611
Contas a receber de emissores	7	96.170.471	91.035.557	96.179.080	91.043.327	Contas a pagar a estabelecimentos	13	81.662.759	75.341.285	81.842.095	75.480.752
Contas a receber com partes relacionadas	26	177.977	112.511	1.038.744	921.146	Contas a pagar com partes relacionadas	26	16.531.520	18.356.044	496.125	464.250
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		1.151.104	800.639	1.689.374	1.368.266	Outras		729.899	670.037	780.270	741.143
Outras contas a receber operacionais	7	208.728	173.765	217.255	183.221	Total do passivo circulante		106.185.763	99.481.192	91.061.165	82.574.194
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	7	(185.472)	(199.804)	(188.421)	(201.094)						
Outros valores a receber		223.673	151.863	270.096	162.413						
Total do ativo circulante		110.792.068	106.002.208	102.242.290	97.277.490						
Realizável a longo prazo						Obrigações por empréstimos	12	4.498.339	2.998.405	4.498.339	2.998.405
Ativos financeiros	5	-	-	172.274	180.164	Outras obrigações		300.401	360.034	329.501	391.499
Devedores por depósitos em garantia	14	73.025	64.859	89.302	70.741	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	285.931	303.436	315.031	326.229
Créditos tributários	8	898.123	875.386	1.208.611	1.111.975	Outras		14.470	56.598	14.470	65.270
Outras contas a receber operacionais	7	42.817	30.609	42.821	31.914	Total do passivo não circulante		4.798.740	3.358.439	4.827.840	3.389.904
Investimentos em participações em controladas	9	6.858.569	6.702.197	-	-						
Imobilizado de uso	10	870.424	811.165	873.026	816.739	Patrimônio líquido					
Imobilizações em uso		2.065.183	1.922.204	2.077.031	1.953.102	Capital social	15	5.700.000	5.700.000	5.700.000	5.700.000
(-) Depreciação acumulada		(1.164.903)	(1.073.633)	(1.174.149)	(1.098.957)	Reservas de capital	15	7.019	58.578	7.019	58.578
(-) Redução ao valor recuperável de ativos		(29.856)	(37.406)	(29.856)	(37.406)	Reservas de lucros	15	3.680.213	6.757.870	3.680.213	6.757.870
Intangível	11	676.350	612.010	8.472.054	8.783.377	Outros resultados abrangentes	15	(160.329)	(162.656)	(160.329)	(162.656)
Outros intangíveis		1.823.475	1.759.982	13.425.078	13.350.850	(-) Ações em tesouraria	15	(30)	(94.989)	(30)	(94.989)
(-) Amortização acumulada		(1.124.427)	(1.114.164)	(4.930.326)	(4.533.665)	Atribuído a:					
(-) Redução ao valor recuperável de ativos		(22.698)	(33.808)	(22.698)	(33.808)	Acionistas controladores		9.226.873	12.258.803	9.226.873	12.258.803
						Acionistas não controladores		-	-	7.984.500	10.049.499
Total do ativo não circulante		9.419.308	9.096.226	10.858.088	10.994.910	Total do patrimônio líquido		9.226.873	12.258.803	17.211.373	22.308.302
Total do ativo		120.211.376	115.098.434	113.100.378	108.272.400	Total do passivo e patrimônio líquido		120.211.376	115.098.434	113.100.378	108.272.400

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações dos resultados
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora			Consolidado	
Nota	2º Semestre/24	Exercício		Exercício		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
RECEITA LÍQUIDA	17	2.929.549	5.906.761	6.469.254	10.295.249	10.601.105
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(1.683.912)	(3.292.545)	(3.337.045)	(5.888.284)	(5.609.449)
LUCRO BRUTO		1.245.637	2.614.216	3.132.209	4.406.965	4.991.656
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Pessoal	18	(685.130)	(1.040.944)	(616.692)	(1.517.401)	(1.226.272)
Gerais e administrativas	18	(320.820)	(892.429)	(976.411)	(443.312)	(360.980)
Vendas e marketing	18	(113.399)	(188.744)	(139.932)	(192.022)	(140.242)
Equivalência patrimonial	9	573.121	989.257	1.002.816	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(86.184)	(204.934)	166.423	(248.663)	238.948
LUCRO OPERACIONAL		613.225	1.276.422	2.568.413	2.005.567	3.503.110
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	24	26.757	51.074	88.953	224.256	331.978
Despesas financeiras	24	(651.420)	(1.387.028)	(2.181.558)	(1.301.046)	(2.023.400)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	24	744.886	1.516.666	1.805.974	1.403.696	1.566.704
Variação cambial, líquida	24	(15.526)	(20.567)	(28.331)	(20.437)	(28.333)
		104.697	160.145	(314.962)	306.469	(153.051)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		717.922	1.436.567	2.253.451	2.312.036	3.350.059
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	8	(20.466)	(20.466)	4.479	(638.050)	(647.313)
Diferidos	8	(147.275)	22.737	(171.092)	95.557	(234.583)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		550.181	1.438.838	2.086.838	1.769.543	2.468.163
ATRIBUÍDO A						
Acionistas controladores					1.438.838	2.086.838
Acionistas não controladores					330.705	381.325
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	0,20191	0,52821	0,77514	0,52821	0,77514
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	0,20191	0,52821	0,76996	0,52821	0,76996

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações de resultados abrangentes

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício		Exercício	
	2º Semestre/24 31/12/2024	31/12/2024 31/12/2023	31/12/2024 31/12/2023	31/12/2023
Lucro líquido do período	550.181	1.438.8382.086.838	1.769.543	2.468.163
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	409	903	903	(314)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(573)	(958)-	(1.370)	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Benefício pós-emprego	2.382	2.3821.688	2.382	1.688
Movimentações do período	2.218	2.3271.374	1.915	1.374
Resultado abrangente total	552.399	1.441.1652.088.212	1.771.458	2.469.537
Atribuído a:				
Acionistas controladores			1.441.165	2.088.212
Acionistas não controladores			330.293	381.325

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Reservas de lucros											
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Participação dos acionistas controladores	Participação dos Acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022											
		5.700.000	70.893	(113.605)	1.140.000	4.295.319	-	(164.030)	10.928.577	10.193.837	21.122.414
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	(30.842)	-	-	-	-	(30.842)	-	(30.842)
Ações restritas outorgadas		-	37.143	-	-	-	-	-	37.143	-	37.143
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações		-	(49.458)	49.458	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.086.838	-	2.086.838	381.325	2.468.163
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:											
Juros sobre o capital próprio proposto		-	-	-	-	-	(179.388)	-	(179.388)	-	(179.388)
Juros sobre o capital próprio pagos		-	-	-	-	-	(584.899)	-	(584.899)	-	(584.899)
Reserva de Orçamento de Capital		-	-	-	-	1.322.551	(1.322.551)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	(314)	(314)	-	(314)
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	1.688	1.688	-	1.688
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	(525.663)	(525.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2023											
		5.700.000	58.578	(94.989)	1.140.000	5.617.870	-	(162.656)	12.258.803	10.049.499	22.308.302
Saldos em 30 de junho de 2024											
		5.700.000	44.311	(69.704)	1.140.000	5.207.870	497.658	(162.547)	12.357.588	7.939.442	20.297.030
Ações restritas outorgadas	23	-	32.382	-	-	-	-	-	32.382	-	32.382
Transferência de ações em tesouraria pelo período de ações	23	-	(69.674)	69.674	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações		-	-	-	-	(286.495)	-	-	(286.495)	-	(286.495)
Reversão de Juros sobre o capital próprio	15.f)	-	-	-	-	-	390.999	-	390.999	-	390.999
Dividendos provisionados:											
Dividendos intermediários	15.f)	-	-	-	-	(3.388.349)	-	-	(3.388.349)	-	(3.388.349)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.f)	-	-	-	-	(431.651)	-	-	(431.651)	-	(431.651)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	550.181	-	550.181	180.742	730.923
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:											
Reserva de Orçamento de Capital		-	-	-	-	1.438.838	(1.438.838)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	409	409	-	409
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	(573)	(573)	(247)	(820)
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	2.382	2.382	-	2.382
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	(135.437)	(135.437)
Saldos em 31 de dezembro de 2024											
		5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	2.540.213	-	(160.329)	9.226.873	7.984.500	17.211.373
Saldos em 31 de dezembro de 2023											
		5.700.000	58.578	(94.989)	1.140.000	5.617.870	-	(162.656)	12.258.803	10.049.499	22.308.302
Ações restritas outorgadas	23	-	43.400	-	-	-	-	-	43.400	-	43.400
Transferência de ações em tesouraria pelo período de ações	23	-	(94.959)	94.959	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações		-	-	-	-	(286.495)	-	-	(286.495)	-	(286.495)
Juros sobre o capital próprio pagos	15.f)	-	-	-	-	(410.000)	-	-	(410.000)	-	(410.000)
Dividendos provisionados:											
Dividendos intermediários	15.f)	-	-	-	-	(3.388.349)	-	-	(3.388.349)	-	(3.388.349)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.f)	-	-	-	-	(431.651)	-	-	(431.651)	-	(431.651)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.438.838	-	1.438.838	330.705	1.769.543
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:											
Reserva de Orçamento de Capital		-	-	-	-	1.438.838	(1.438.838)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	903	903	-	903
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	(958)	(958)	(412)	(1.370)
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	2.382	2.382	-	2.382
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.395.292)	(2.395.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2024											
		5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	2.540.213	-	(160.329)	9.226.873	7.984.500	17.211.373

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre/24	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	717.922	1.436.567	2.253.451	2.312.036	3.350.059
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10 e 11	252.398	495.204	521.496	883.621
Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível	10 e 11	21.812	60.920	9.378	62.980
Equivalência patrimonial	9	(573.121)	(989.257)	(1.002.816)	-
Ações restritas outorgadas	23	32.382	43.400	37.143	43.400
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	18	28.928	115.460	94.957	184.736
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		43.583	58.353	(166.140)	68.628
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	223.466	480.622	913.328	480.622
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	478	1.092	1.551	1.551
Rendimento de participação no FIDC	6	(781.212)	(1.590.630)	(1.894.047)	-
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:					
Rendas a receber		2.809	27.651	1.025	870.927
Contas a receber de emissores		(11.207.332)	(5.264.706)	980.479	(5.333.162)
Contas a receber com partes relacionadas		(35.937)	(148.677)	(98.945)	(117.598)
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		78.430	(373.202)	(57.768)	(417.744)
Devedores por depósitos em garantia		(3.248)	(8.166)	(1.791)	(18.561)
Dividendos a receber	9	8.093	124.607	103.403	-
Outros valores e bens		10.986	(71.811)	(71.183)	(107.683)
Outros ativos		(57.496)	(47.171)	(36.804)	(44.941)
Ativos financeiros		-	-	-	7.890
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Sociais e estatutárias		162.514	109.391	(38.280)	376.605
Fiscais e previdenciárias		(217.041)	(17.387)	(64.221)	(21.039)
Contas a pagar a estabelecimentos		7.734.703	6.321.474	(2.368.538)	6.361.343
Contas a pagar com partes relacionadas		2.632.714	(1.824.524)	1.869.249	31.875
Pagamentos para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	14	(45.805)	(75.858)	(75.182)	(79.826)
Outros passivos		(897)	(1.878)	27.403	(324.227)
Caixa (aplicado em)/gerado nas atividades operacionais		(970.871)	(1.138.526)	937.148	5.220.974
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(9.386)	(22.431)	(541.076)
Caixa líquido (aplicado em)/gerado nas atividades operacionais		(970.871)	(1.147.912)	914.717	4.679.898
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de cotas FIDCs		17.250.353	12.392.242	6.482.934	-
Amortização de cotas FIDCs		(19.719.587)	(9.988.550)	(8.148.114)	-
Resgate de ações em controladas		-	-	270.013	-
Dividendos recebidos de subsidiárias		438.859	792.964	975.097	-
Aquisições de imobilizado de uso	10	(199.454)	(430.879)	(233.793)	(431.209)
Aquisições de intangível	11	(114.025)	(248.844)	(266.549)	(260.356)
Caixa líquido (aplicado em)/gerado nas atividades de investimento		(2.343.854)	2.516.933	(920.412)	(691.565)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	12	12.421.884	22.166.002	11.840.000	22.166.002
Pagamento de principal de empréstimos	12	(8.443.161)	(22.288.558)	(10.599.681)	(22.288.558)
Juros pagos	12	(208.578)	(483.405)	(1.067.338)	(483.405)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	12	(2.518)	(2.518)	-	(2.518)
Aumento de participação de terceiros no FIDC		-	-	-	678.143
Amortização de cotas de terceiros no FIDC		-	-	-	(2.758.966)
Aquisição/cancelamento de ações em tesouraria		(286.495)	(286.495)	(30.842)	(286.495)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(589.388)	(823.899)	(905.658)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades de financiamento		3.481.132	(1.484.362)	(681.760)	(3.881.455)
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		166.407	(115.341)	(687.455)	106.878
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final	4 e 5.a)	284.639	284.639	399.980	1.361.042
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		-	-	-	9.772
Saldo inicial	4 e 5.a)	118.232	399.980	1.087.435	1.254.164
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		166.407	(115.341)	(687.455)	106.878

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações do valor adicionado
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º Semestre/24	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024 31/12/2023	
RECEITAS						
Vendas de serviços	17	3.258.052	6.567.922	7.223.548	11.613.024	12.013.125
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	18	(28.928)	(115.460)	(94.957)	(184.736)	(164.725)
		3.229.124	6.452.462	7.128.591	11.428.288	11.848.400
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Gastos com serviços prestados		(1.304.312)	(2.556.879)	(2.638.262)	(4.729.493)	(4.500.683)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(429.391)	(1.070.813)	(1.106.023)	(656.010)	(515.626)
Outros gastos, líquidos		(35.360)	(31.912)	259.722	(3.851)	407.114
Perda na realização de ativos	18	(21.895)	(57.561)	1.658	(60.075)	(3.440)
		(1.790.958)	(3.717.165)	(3.482.905)	(5.449.429)	(4.612.635)
		1.438.166	2.735.297	3.645.686	5.978.859	7.235.765
VALOR ADICIONADO BRUTO						
Depreciações e amortizações	10 e 11	(252.398)	(495.204)	(521.496)	(883.621)	(912.677)
		1.185.768	2.240.093	3.124.190	5.095.238	6.323.088
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Equivalência patrimonial	9	573.121	989.257	1.002.816	-	-
Receitas financeiras, incluindo antecipação de recebíveis e variação cambial líquida		756.118	1.547.174	1.866.596	1.607.516	1.870.349
		1.329.239	2.536.431	2.869.412	1.607.516	1.870.349
		2.515.007	4.776.524	5.993.602	6.702.754	8.193.437
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal e encargos		(727.229)	(1.145.991)	(711.918)	(1.585.959)	(1.258.600)
Remuneração Direta		(449.109)	(713.212)	(438.402)	(1.011.412)	(767.186)
Benefícios		(112.167)	(174.191)	(92.699)	(268.952)	(209.151)
FGTS		(31.283)	(49.624)	(29.338)	(71.853)	(56.504)
Participação de colaboradores e administradores no resultado	21	(134.670)	(208.964)	(151.479)	(233.742)	(225.759)
Impostos, taxas e contribuições		(579.853)	(795.389)	(1.005.750)	(2.041.366)	(2.438.844)
Federais		(548.347)	(730.754)	(916.971)	(1.846.449)	(2.204.411)
Estaduais		-	(97)	(56)	(97)	(56)
Municipais		(31.506)	(64.538)	(88.723)	(194.820)	(234.377)
Remuneração de capitais de terceiros		(657.744)	(1.396.306)	(2.189.096)	(1.305.886)	(2.027.830)
Aluguéis		(6.324)	(9.277)	(7.538)	(19.269)	(17.716)
Juros		(624.233)	(1.339.488)	(2.115.290)	(1.243.384)	(1.944.708)
Outras		(27.187)	(47.541)	(66.268)	(43.233)	(65.406)
Remuneração de capitais próprios		(550.181)	(1.438.838)	(2.086.838)	(1.769.543)	(2.468.163)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	-	(584.899)	(288.119)	(954.121)
Dividendos e juros sobre o capital próprio do período		390.999	-	(179.388)	(33.880)	(207.539)
Retenção de lucros		(941.180)	(1.438.838)	(1.322.551)	(1.116.839)	(925.178)
Acionistas não controladores		-	-	-	(330.705)	(381.325)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		(2.515.007)	(4.776.524)	(5.993.602)	(6.702.754)	(8.193.437)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento (“Companhia”, “Grupo Cielo” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3” até 26 de agosto de 2024, quando a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deferiu a conversão do registro de companhia aberta da categoria “A” para a categoria “B”, e junto com as suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”).

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto (“*joint venture*”), que junto à Cielo também são designadas como “Grupo Cielo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Eventos significativos do exercício:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024.
- Em 05 de fevereiro de 2024, foi comunicada a decisão dos controladores em proceder à conversão do registro de Companhia aberta da Cielo de categoria “A” para “B”, com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Companhia (“OPA”). Os termos estão previstos no instrumento da OPA (“Edital”) protocolado e divulgado nos termos da legislação aplicável. O preço ofertado inicialmente por cada ação objeto da oferta foi de R\$ 5,35.
- Em 06 de fevereiro de 2024, foi comunicado pelos acionistas controladores o

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

pedido de registro da OPA perante a CVM e a B3 S.A. ("Pedido de Registro"). O Pedido de Registro foi instruído com o laudo de avaliação da Companhia, elaborado, por empresa avaliadora independente contratada pelos ofertantes.

- Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os pedidos formulados para convocação de Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor das ações ordinárias de emissão da Companhia.
- Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que em decorrência dos pedidos de convocação de Assembleia Especial, o processo de registro da Oferta perante à CVM foi suspenso desde o dia 21 de fevereiro de 2024.
- Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se nesta presente data e deliberou convocar a Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor justo das ações de emissão da Companhia para fins da Oferta.
- Em 20 de março de 2024, foi deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a liquidação antecipada do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissor I (FIDC Emissor I). As cotas sêniores foram liquidadas em 18 de março de 2024, na data de vencimento e as cotas subordinadas foram liquidadas em 20 de março de 2024.
- Em 02 de abril de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os termos e condições estabelecidos na Carta Minoritários, que os Acionistas Minoritários se comprometeram a apoiar a Oferta, sob a condição, dentre outras, de que os Ofertantes se comprometam a elevar o preço por ação da Oferta para R\$ 5,60.
- Em 23 de abril de 2024, foi deliberada em Assembleia Especial de Acionistas a rejeição da realização de nova avaliação das ações de emissão da Companhia para fins da possível oferta pública de aquisição de ações visando à conversão de registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e à saída do Novo Mercado, cujo processo de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários tem seu curso então retomado. Dessa forma, resta verificada uma das condições suspensivas da obrigação assumida pelos Ofertantes de elevar o preço da OPA caso ela venha a ser efetivamente lançada, tendo sido tal obrigação condicionada, ainda, a que sejam integralmente cumpridas as obrigações assumidas pelo grupo de acionistas minoritários que se comprometeu a apoiar a possível OPA.
- Em 05 de julho de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA"), lançada pelos seus acionistas controladores diretos. A Companhia foi comunicada pelas Ofertantes e pela Instituição Intermediária que a OPA seria lançada no prazo

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

regulamentar, conforme previsto no artigo 14 da Resolução CVM nº 85/2022.

- Em 10 de julho de 2024, a Companhia recebeu dos Ofertantes as cópias do Edital e do Laudo de Avaliação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do Novo Mercado (“OPA”), cujo leilão foi realizado em 14 de agosto de 2024. A OPA teve por objeto 902.247.285 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço à vista de R\$ 5,60 (valor expresso em reais) por ação, sujeito aos ajustes de preço previstos no Edital. Para fins informativos, na presente data, o preço por ação ajustado nos termos do Edital, incluindo o ajuste do CDI ali detalhado, é de R\$ 5,76 (valor expresso em reais).
- Em 18 de julho de 2024, os membros independentes do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, parecer com manifestação favorável à aceitação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do Novo Mercado.
- Em 14 de agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Como resultado, as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 5,82 (valor expresso em reais) totalizando o valor de R\$ 4.288.508. A liquidação do leilão ocorreu em 16 de agosto de 2024.
- Em 16 de agosto de 2024, a Companhia recebeu o comunicado da Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., BB Elo Cartões Participações S.A., Elo Participações Ltda., Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Lívolo S.A., que em conjunto, passaram a ser titulares de 2.583.914.571 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 95,1% do seu capital social, como resultado de aquisições de ações realizadas em cumprimento à obrigação de estender a possibilidade de venda aos acionistas remanescentes que não alienaram ações de sua titularidade no âmbito do leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia lançada pelas Ofertantes durante o 2º semestre seguinte à data de sua realização.
- Em 26 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários deferiu a conversão do registro de companhia aberta da Cielo da categoria “A” para categoria “B”, assim, as ações de emissão da Cielo deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão nesta data, sendo certo, contudo, que os acionistas remanescentes poderiam alienar suas ações mediante pedido apresentado ao escriturador das ações de emissão da Companhia. Foram adotadas as medidas necessárias para convocar oportunamente uma Assembleia Geral Extraordinária a fim de deliberar sobre o resgate compulsório da totalidade das ações de emissão da Companhia em

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

circulação remanescentes.

- Em 23 de setembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral de Acionistas da Companhia o resgate compulsório e cancelamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação. Em 26 de setembro de 2024, foi realizado o resgate compulsório de 48.640.941 ações, de modo que o valor final pago aos titulares das ações objeto do resgate compulsório foi de R\$ 5,89 (valor expresso em reais) por ação, totalizando o montante de R\$ 286.495.
- Em 19 de dezembro de 2024, os serviços de solução de pagamento pessoa a pessoa (P2P) disponibilizados no WhatsApp no Brasil, oferecidos em parceria com a Cielo, foram descontinuados pela Meta Platforms Inc.
- Em 23 de dezembro de 2024, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a 7ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 4.500.000, com vencimento em 17 de dezembro de 2027 e juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54%, com pagamentos semestrais.

2 Informações materiais da política contábil

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade e de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº. 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN"), denominadas em conjunto "COSIF" e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2025.

2.2 Adoção Inicial de prática contábil

Impactos estimados das novas normas nos instrumentos financeiros

A partir das mudanças trazidas pela Resolução BCB nº 352/23, o Grupo Cielo observou que os impactos estimados são referentes às operações detalhadas a seguir.

Instrumentos Financeiros

a) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários no Brasil eram classificados em três categorias, sendo elas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

mantidos até o vencimento.

Com o advento da Resolução BCB nº 352/23, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR).

Anteriormente, os títulos e valores mobiliários eram substancialmente classificados como mantidos para negociação. Com a adoção da Resolução BCB nº 352/23, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

b) Renegociação e Reestruturação

Anteriormente à Resolução BCB nº 352/23, os processos de renegociação de operações juntamente aos clientes não possuíam uma diferença bem definida entre o que era uma renegociação e uma reestruturação. A partir da Resolução BCB nº 352/23, as instituições passaram a ter sua definição interna dos cenários nos quais seria identificada uma renegociação e reestruturação.

c) Incorporação da Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da taxa de juros efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter o seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Dessa forma, as operações passarão a ter os custos de transação e valores recebidos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Instituição.

d) Definição de Ativo Problemático e *Stop Accrual*

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

e) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas,

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

em que as perdas eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido.

Com a chegada da Resolução BCB nº 352/23, foi adotado o modelo completo de perdas esperadas, em que a companhia passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e *forward looking*.

A Companhia elaborou o plano de implantação e não identificou impactos relevantes em suas Demonstrações Contábeis, nem nos sistemas e processos internos. Os modelos de negócio foram aprovados pelo Conselho de Administração. A Companhia permanecerá acompanhando o impacto das novas regras para atender à exigência regulatória de maneira prospectiva.

2.3 Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução BCB nº 178/22 – Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Essa resolução é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade. Será aplicada de maneira prospectiva tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, sem expectativa de impactos relevantes na data da adoção.

Resoluções BCB nº 92/2021 e nº 390/2024 – Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com vigências em 1º de janeiro de 2025 e em 1º de janeiro de 2030.

Resolução BCB nº 352/23 e nº 397/24 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Esta resolução substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17, além de revogar a Resolução BCB nº 219/22 e a Resolução BCB nº 309/23.

2.4 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

incobráveis (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional da Cielo USA Inc é o dólar norte-americano ("Cielo USA"). O fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc ("MerchantE"), empresa vendida em abril de 2022.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os ativos e passivos da controlada Cielo USA (localizada nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.6 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "*pro rata temporis*", considerando os seus prazos de vencimento.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, são incluídos caixa e equivalentes de caixa, que são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas (aplicações no

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

mercado aberto), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, que possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Aplicações no mercado aberto

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Companhia em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável "*impairment*" de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/01, os instrumentos financeiros classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

2.9 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

(a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(b) Contas a pagar a estabelecimentos

São relativas às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia e incluem os valores transacionados com utilização de cartões (débito/crédito) para compra de produtos e/ou serviços.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas.

2.10 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais, os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da investida.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as controladas em conjunto são apresentadas pelo método de equivalência patrimonial.

As Demonstrações Contábeis das subsidiárias no exterior são ajustadas aos critérios contábeis da Controladora e convertidas para a moeda Real pela taxa de câmbio do final do exercício.

2.11 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos atribuídos ao desenvolvimento de um ativo intangível em fase de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento são contabilizados no intangível, porém quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste por redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor contábil.

O ágio decorrente de investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas Demonstrações Contábeis individuais.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (anualmente). A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos em sua totalidade são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes a valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. O prazo de recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

2.16 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores de plano de previdência complementar de contribuição definida do qual a Companhia é copatrocinadora. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.17 Provisões para contingências

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita e existe a probabilidade com base nas análises do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo para saída de recursos e o valor da obrigação puder ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.18 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Sociais e estatutárias", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

3 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas Controladas e dos fundos de investimento. A Companhia consolida as informações contábeis dos FIDCs e FICs por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade está vinculada às quotas mantidas pela Cielo. Adicionalmente, quando necessário, as informações contábeis das Controladas são ajustadas para adequar as suas práticas contábeis às aquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo Cielo era composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)	
	31/12/2024	31/12/2023
Participação em Controladas e fundos:		
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99
BB Coral Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa LP Crédito Privado ("Coral")	100,00	100,00
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Pegasus ("Pegasus")	90,99	86,24
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	94,34	94,18
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor I")	-	11,62
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	12,74	10,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

4 Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional	111.291	35.328	115.235	38.306
Em moeda estrangeira	590	27.818	4.576	31.439
Total	111.881	63.146	119.811	69.745

5 Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:				
Instrumentos financeiros equivalentes de caixa	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419
Demais instrumentos financeiros	-	-	172.274	180.164
Total	172.758	336.834	1.413.505	1.364.583
Total circulante	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419
Total não circulante	-	-	172.274	180.164

O resultado obtido pelos ativos financeiros compõe a receita financeira que está demonstrada na nota explicativa nº 24 - Resultado financeiro.

(a) Instrumentos financeiros equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de instrumentos financeiros equivalentes de caixa são compostos por aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto	102.251	28.559	102.251	28.559
Títulos e valores mobiliários	70.507	308.275	1.138.980	1.155.860
Total	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419

Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de aplicações no mercado aberto são demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Vencimento	Total	
	0 - 30	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto			
Compromissadas	102.251	102.251	28.559
Total	102.251	102.251	28.559

Títulos e valores mobiliários

A composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários classificados é demonstrado conforme abaixo:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Controladora				
	31/12/2024			31/12/2023	
	Faixa de vencimento	Total		Total	
		Valor justo	Valor de custo	Valor Justo	Valor de Custo
Mantidos para Negociação	0 - 30				
Títulos privados	70.507	70.507	70.699	308.275	307.798
Cotas de fundos de investimento	66.305	66.305	66.497	113.720	113.413
Certificado de Depósito Bancário – CDB	4.202	4.202	4.202	194.555	194.385
Total	70.507	70.507	70.699	308.275	307.798

	Consolidado				
	31/12/2024			31/12/2023	
	Faixa de vencimento	Total		Total	
		Valor justo	Valor de custo	Valor Justo	Valor de Custo
Mantidos para Negociação	0 - 30				
Títulos privados	1.110.927	1.110.927	1.108.435	1.137.702	1.134.970
Cotas de fundos de investimento	1.094.391	1.094.391	1.092.169	936.096	933.534
Certificado de Depósito Bancário – CDB	4.385	4.385	4.385	194.902	194.732
Letras Financeiras - LF	12.151	12.151	11.881	6.704	6.704
Títulos públicos	28.053	28.053	26.970	18.158	16.124
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	15.289	15.289	12.977	18.158	16.124
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.764	12.764	13.993	-	-
Total	1.138.980	1.138.980	1.135.405	1.155.860	1.151.094

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de valor justo disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de valor justo disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor justo das respectivas cotas.

(b) Demais instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos consolidados dos demais instrumentos financeiros são compostos por títulos mantidos até o vencimento e estão contabilizados no ativo não circulante.

	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
	Acima de 365	Total	Total
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Mantido até o Vencimento			
Títulos privados	172.274	172.274	180.164
Letras Financeiras - LF	172.274	172.274	180.164
Total	172.274	172.274	180.164

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

6 Fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs")

Todos os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais.

Fundos

Fundo	Início das atividades	Condomínio (a)	Prazo	Rendimentos (b)	Índice mínimo de subordinação	Situação
FIDC NP	05/08/2016	Aberto e exclusivo	Indeterminado	-	-	Ativo
FIDC Plus	28/07/2017	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	20,0%	Ativo
FIDC Emissor I (c)	16/03/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	10,0%	Encerrado
FIDC Emissor II	13/05/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	9,1%	Ativo

(a) Restrito a investidores profissionais.

(b) Frequência do pagamento dos rendimentos das cotas seniores.

(c) A totalidade das cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("Fundo") foi integralmente resgatada conforme o seu vencimento, no dia 18 de março de 2024. Além disso, na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo ocorrida em 20 de março de 2024, restou decidido que a Administradora procedeu com o resgate total das cotas subordinadas na mesma data e a liquidação do fundo, conforme o item 7. subitem (7.2.), da ata da Assembleia Geral de Cotistas, conforme publicações disponíveis na CVM.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis*". A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Resolução CVM nº 175/22, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio dos FIDCs em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2024			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	48.891.764	1.582.358	1.582.358	-
FIDC Plus	2.688.829.828	11.034.600	10.409.848	624.752
FIDC Emissor II	4.984.950	5.237.729	667.416	4.570.313
Total	2.742.706.542	17.854.687	12.659.622	5.195.065

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	31/12/2023			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	9.290.106	2.472.904	2.472.904	-
FIDC Plus	1.226.846.392	10.771.899	10.144.896	627.003
FIDC Emissor I	2.222.223	2.346.629	272.714	2.073.915
FIDC Emissor II	4.984.950	5.083.176	508.206	4.574.970
Total	1.243.343.671	20.674.608	13.398.720	7.275.888

7 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de emissores (a)	96.170.471	91.035.557	96.179.080	91.043.327
Rendas a receber	101.326	128.977	1.675.120	2.546.047
Outras contas a receber operacionais	251.545	204.374	260.076	215.135
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(185.472)	(199.804)	(188.421)	(201.094)
Total	96.337.870	91.169.104	97.925.855	93.603.415
Circulante	96.295.053	91.138.495	97.883.034	93.571.501
Realizável a longo prazo	42.817	30.609	42.821	31.914
Total	96.337.870	91.169.104	97.925.855	93.603.415

- (a) O Contas a receber de emissores corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas com cartões feitas pelos portadores, já líquido das cessões.
- (b) Refere-se à expectativa de perdas esperadas das operações realizadas com estabelecimentos comerciais, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Companhia, assim como cobranças de cancelamentos e *chargebacks*, conforme apresentado na nota explicativa nº 25 - Gestão de riscos. A metodologia consiste em perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia, conforme a probabilidade de *default* e a segmentação de clientes.

8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes

Segue a reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação à taxa nominal de referidos tributos para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre		Exercício	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024		31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	717.922	1.436.567	2.253.451	2.312.036	3.350.059
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(244.093)	(488.433)	(766.173)	(786.092)	(1.139.020)
Juros sobre o capital próprio	(132.940)	139.400	259.858	139.400	259.858
Benefício fiscal de P&D	19.408	19.408	7.693	24.281	7.693
Equivalência patrimonial	194.861	336.347	340.957	-	-
Constituição Diferido Stelo	-	-	-	86.355	-
Outras diferenças permanentes líquidas	(4.977)	(4.451)	(8.948)	(6.437)	(10.427)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(167.741)	2.271	(166.613)	(542.493)	(881.896)
Correntes	(20.466)	(20.466)	4.479	(638.050)	(647.313)
Diferidos	(147.275)	22.737	(171.092)	95.557	(234.583)

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Os créditos estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos – ativo

	Controladora		
	31/12/2023	Adições	(Baixas)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	99.457	5.813	(8.054)
Provisão para despesas diversas	145.750	46.568	(11.687)
Provisão para remuneração variável	68.008	36.062	(35.135)
Prejuízo fiscal e base negativa	469.033	-	(9.445)
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude	93.138	7.826	(9.211)
Total	875.386	96.269	(73.532)

	Controladora		
	31/12/2022	Adições	(Baixas)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	696.623	-	(597.166)
Provisão para despesas diversas	181.598	17.950	(53.798)
Provisão para remuneração variável	63.154	20.514	(15.660)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	469.033	-
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude	105.103	12.882	(24.847)
Total	1.046.478	520.379	(691.471)

	Consolidado		
	31/12/2023	Adições	(Baixas)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	108.100	8.589	(8.118)
Provisão para despesas diversas	292.291	67.881	(19.914)
Provisão para remuneração variável	96.749	37.344	(55.533)
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	519.635	77.047	(9.445)
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude	95.200	7.996	(9.211)
Total	1.111.975	198.857	(102.221)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Consolidado			
	31/12/2022	Adições	(Baixas)	31/12/2023
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	757.549	2.627	(652.076)	108.100
Provisão para despesas diversas	327.044	30.182	(64.935)	292.291
Provisão para remuneração variável	85.962	27.019	(16.232)	96.749
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	61.834	469.033	(11.232)	519.635
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude	114.310	12.882	(31.992)	95.200
Total	1.346.699	541.743	(776.467)	1.111.975

Realização do crédito tributário

A mensuração e reconhecimento dos ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos tem como premissa o histórico de lucros e receitas tributáveis para fins de IRPJ e CSLL, em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, bem como a expectativa de geração de lucros e receitas tributáveis futuras, para fins de IRPJ e CSLL, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos.

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. Os créditos sobre prejuízo fiscal com as Controladas serão realizados de acordo com a rentabilidade de cada empresa, não excedendo o prazo de 10 anos e os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

Segue a expectativa de realização/constituição ou adição do crédito tributário por exercício:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
2024	416.148	596.472
2025	71.379	86.151
2026	102.023	117.351
2027	131.573	147.547
2028	138.552	155.290
2029 a 2033	38.448	105.800
Total	898.123	1.208.611
Juros relativos ao Ajuste a Valor Presente	(143.529)	(193.215)
Valor Presente dos créditos tributários	754.594	1.015.396

Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda e Contribuição Social, líquidos de antecipações	37.099	14.240	645.472	654.523
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	22.661	25.956	47.971	54.186
Imposto sobre Serviços – ISS	5.507	7.200	15.922	20.389
Programa de Integração Social – PIS	4.579	5.287	10.050	11.389
Outros tributos a recolher	33.278	25.986	39.574	38.124
Total	103.124	78.669	758.989	778.611

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

9 Investimentos

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Em Controladas	6.858.569	6.702.197
Total	6.858.569	6.702.197

Seguem as principais atividades das Controladas:

- Servinet Serviços Ltda. ("Servinet") – Prestação de serviços de manutenção e prospecção de clientes.
- Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno") – Gestão de contas de pagamento para o Arranjo Ourocard.
- Cielo USA, Inc (Cielo USA) – *Holding* veículo de investimento.
- Aliança Pagamento e Participações Ltda. (Aliança) – Prestação de serviço de desenvolvimento e manutenção de contratos com estabelecimentos comerciais.
- Stelo S.A. ("Stelo") – Prestação de serviços relacionados a meios de pagamentos e de desenvolvimento de *software*.

As principais informações sobre as Controladas referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas Demonstrações Contábeis Individuais estão demonstradas no quadro a seguir:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

31/12/2024											
	% de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro bruto	Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado financeiro	Lucro Líquido (prejuízo)	Equivalência patrimonial do 2º semestre	Equivalência patrimonial Exercício	Investimento
Controladas											
Servinet	99,99	125.429	82.648	42.781	446.145	441.007	36.497	26.092	9.554	26.092	42.781
Cielo USA	100,00	3.986	-	3.986	-	-	(538)	(538)	(21)	(538)	3.986
Cateno	70,00	10.294.065	1.229.707	9.064.358	4.412.424	1.763.115	1.597.899	1.102.351	421.733	771.646	6.345.051
Stelo	99,99	754.898	294.498	460.400	225.629	160.594	123.008	191.810	141.648	191.801	460.379
Aliança	99,99	6.491	119	6.372	-	-	(262)	256	207	256	6.372
Total Controladora									573.121	989.257	6.858.569
31/12/2023											
	% de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro bruto	Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado financeiro	Lucro Líquido (prejuízo)	Equivalência patrimonial do 2º semestre	Equivalência patrimonial Exercício	Investimento
Controladas											
Servinet	99,99	232.513	162.355	70.158	605.595	600.824	38.199	28.073	17.293	28.073	70.158
Cielo USA	100,00	3.620	-	3.620	-	-	(508)	(508)	(1)	(508)	3.620
Cateno	70,00	10.225.566	1.213.895	9.011.671	4.182.399	1.875.289	1.823.739	1.271.083	420.562	889.758	6.308.170
Stelo	99,99	529.243	215.098	314.145	192.637	136.009	102.249	84.999	38.856	84.996	314.133
Aliança	99,99	6.329	213	6.116	581	581	34	497	253	497	6.116
Total Controladora									476.963	1.002.816	6.702.197

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Segue a movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora
	7.047.935
Saldo em 31 de dezembro de 2022	
Dividendos recebidos:	
Cateno	(861.518)
Servinet	(30.233)
Stelo	(29.280)
Dividendos Adicionais – Cateno	(54.066)
Dividendos provisionados:	
Cateno	(83.211)
Stelo	(20.192)
Resultado de equivalência patrimonial	1.002.816
Resgate de ações – Cateno	(270.013)
Variação cambial de investimentos no exterior	(314)
Benefício Pós-emprego	273
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.702.197
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.702.197
Dividendos recebidos:	
Cateno	(654.753)
Servinet	(55.000)
Dividendos provisionados:	
Cateno	(79.053)
Stelo	(45.554)
Resultado de equivalência patrimonial	989.257
Benefício Pós-emprego	1.530
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros – Cateno	(958)
Variação cambial de investimentos no exterior	903
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.858.569

10 Imobilizado de uso

		Controladora				
		31/12/2024			31/12/2023	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.798.292	(968.958)	(29.856)	799.478	723.098
Equipamentos de processamento de dados	20	216.172	(170.932)	-	45.240	64.583
Máquinas e equipamentos	10 - 20	6.917	(4.027)	-	2.890	1.945
Instalações	10	36.166	(18.438)	-	17.728	16.365
Móveis e utensílios	10	3.457	(1.385)	-	2.072	2.165
Veículos	20	4.179	(1.163)	-	3.016	3.009
Total		2.065.183	(1.164.903)	(29.856)	870.424	811.165

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

		Consolidado				
		31/12/2024				31/12/2023
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.798.293	(968.958)	(29.856)	799.479	723.099
Equipamentos de processamento de dados	20	218.570	(172.796)	-	45.774	65.919
Máquinas e equipamentos	10 - 20	7.446	(4.314)	-	3.132	2.213
Instalações	10	44.130	(24.954)	-	19.176	19.045
Móveis e utensílios	10	4.413	(1.964)	-	2.449	3.454
Veículos	20	4.179	(1.163)	-	3.016	3.009
Total		2.077.031	(1.174.149)	(29.856)	873.026	816.739

Segue a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Controladora				
		31/12/2023	Adições	Baixas/ Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2024
Equipamentos de captura de transações		723.098	412.075	(56.459)	(279.236)	799.478
Equipamentos de processamento de dados		64.583	10.783	(3)	(30.123)	45.240
Máquinas e equipamentos		1.945	1.674	-	(729)	2.890
Instalações		16.365	5.460	(1.062)	(3.035)	17.728
Móveis e utensílios		2.165	86	(7)	(172)	2.072
Veículos		3.009	801	(18)	(776)	3.016
Total		811.165	430.879	(57.549)	(314.071)	870.424

		Controladora				
		31/12/2022	Adições	Baixas/ Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2023
Equipamentos de captura de transações		834.578	212.413	(16.285)	(307.608)	723.098
Equipamentos de processamento de dados		79.818	15.792	(16)	(31.011)	64.583
Máquinas e equipamentos		722	1.898	(83)	(592)	1.945
Instalações		19.030	309	-	(2.974)	16.365
Móveis e utensílios		2.485	2	(86)	(236)	2.165
Veículos		253	3.379	(126)	(497)	3.009
Total		936.886	233.793	(16.596)	(342.918)	811.165

		Consolidado				
		31/12/2023	Adições	Baixas/ Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2024
Equipamentos de captura de transações		723.099	412.076	(56.459)	(279.237)	799.479
Equipamentos de processamento de dados		65.919	11.016	(522)	(30.639)	45.774
Máquinas e equipamentos		2.213	1.769	(36)	(814)	3.132
Instalações		19.045	5.462	(1.406)	(3.925)	19.176
Móveis e utensílios		3.454	85	(768)	(322)	2.449
Veículos		3.009	801	(18)	(776)	3.016
Total		816.739	431.209	(59.209)	(315.713)	873.026

		Consolidado				
		31/12/2022	Adições	Baixas/ Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2023
Equipamentos de captura de transações		834.578	212.413	(16.285)	(307.607)	723.099
Equipamentos de processamento de dados		81.792	15.931	(25)	(31.779)	65.919
Máquinas e equipamentos		1.068	1.935	(83)	(707)	2.213
Instalações		29.280	360	(4.913)	(5.682)	19.045
Móveis e utensílios		3.965	116	(86)	(541)	3.454
Veículos		254	3.378	(126)	(497)	3.009
Total		950.937	234.133	(21.518)	(346.813)	816.739

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

11 Intangível

		Controladora			
		31/12/2024			31/12/2023
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido
Software	20	1.823.475	(1.124.427)	(22.698)	676.350
Total		1.823.475	(1.124.427)	(22.698)	676.350

		Consolidado			
		31/12/2024			31/12/2023
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido
Direito de exploração - Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(3.793.044)	-	7.778.956
Software (b)	20	1.853.004	(1.137.282)	(22.698)	693.024
Outros	08 - 20	74	-	-	74
Total		13.425.078	(4.930.326)	(22.698)	8.472.054

(a) **Direito de exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e a BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.

(b) **Software** - Referem-se a softwares adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes.

Segue a movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Controladora			
		31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Software		612.010	248.844	(3.371)	676.350
Total		612.010	248.844	(3.371)	676.350

		Controladora			
		31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Software		516.821	266.549	7.218	612.010
Total		516.821	266.549	7.218	612.010

		Consolidado			
		31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Direito de exploração - Arranjo Ourocard		8.164.688	-	-	7.778.956
Software		618.215	260.355	(3.370)	693.024
Outros		474	-	(400)	74
Total		8.783.377	260.355	(3.770)	8.472.054

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Consolidado				31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Reversões	Amortizações	
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.550.422	-	-	(385.734)	8.164.688
Software	520.337	270.790	7.218	(180.130)	618.215
Outros	474	-	-	-	474
Total	9.071.233	270.790	7.218	(565.864)	8.783.377

As despesas com depreciação do imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures públicas (a)	7.604.166	3.102.639
Capital de giro (b)	-	4.605.717
Financiamento de P&D	-	22.575
Total	7.604.166	7.730.931
Circulante	3.105.827	4.732.526
Não circulante	4.498.339	2.998.405
Total	7.604.166	7.730.931

(a) Debêntures Públicas

Em outubro de 2022, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000 com vencimento em 20 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 1,20%, com pagamentos semestrais. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Públicas.

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.500.000 com vencimento em 17 de dezembro de 2027. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54%, com pagamentos semestrais. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Públicas.

(b) Capital de giro

Em 2024, a Companhia realizou captações de recursos para capital de giro por meio de linhas de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo no montante de R\$ 17.666.002, que foram

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

integralmente liquidadas até 31 de dezembro de 2024.

Segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.643.071
Novas captações	11.840.000
Pagamento de principal	(10.599.681)
Juros provisionados e encargos apropriados	913.328
Juros pagos	(1.067.338)
Amortização de custos de emissão de dívidas	1.551
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.730.931
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.730.931
Novas captações	22.166.002
Pagamento de principal	(22.288.558)
Juros provisionados e encargos apropriados	480.622
Juros pagos	(483.405)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(2.518)
Amortização de custos de emissão de dívidas	1.092
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.604.166

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	3.000.000
2027	4.500.000	-
Total de empréstimos e financiamentos	4.500.000	3.000.000
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(1.661)	(1.595)
Total	4.498.339	2.998.405

13 Contas a pagar a estabelecimentos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Contas a pagar a estabelecimentos é de R\$ 81.662.759 e R\$ 81.842.095 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 75.341.285 e R\$ 75.480.752 em 31 de dezembro de 2023). Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos.

Adicionalmente, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema o pagamento dos recursos das transações de cartões.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

14 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Cielo, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como segue:

Controladora						
	31/12/2023	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2024
Tributárias (a)	246.509	50.589	(41.733)	(2.675)	-	252.690
Trabalhistas (b)	28.222	13.808	(8.954)	2.766	(22.350)	13.492
Cíveis (c)	28.705	55.813	(16.396)	5.135	(53.508)	19.749
Total	303.436	120.210	(67.083)	5.226	(75.858)	285.931
	31/12/2022	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2023
Total	2.061.899	110.922	(1.831.713)	37.510	(75.182)	303.436
Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2024
Tributárias (a)	249.223	51.014	(41.736)	(2.427)	-	256.074
Trabalhistas (b)	47.716	27.862	(16.058)	5.204	(25.924)	38.800
Cíveis (c)	29.290	56.282	(16.690)	5.177	(53.902)	20.157
Total	326.229	135.158	(74.484)	7.954	(79.826)	315.031
	31/12/2022	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2023
Total	2.239.392	180.410	(2.057.037)	40.545	(77.081)	326.229

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo Cielo mantém depósitos judiciais, cujos saldos estão assim demonstrados:

Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Tributários (a)	36.535	36.535	36.575
Trabalhistas (b)	14.232	9.900	30.457
Cíveis (c)	22.258	18.424	22.270
Total	73.025	64.859	89.302

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destaca-se a seguinte:

- **PIS/COFINS – exclusão do ISSQN** – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com liminar deferida em junho/2017, afastando a incidência do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS. Após a apreciação de agravo de instrumento interposto pela União Federal, sobreveio sentença confirmando os termos da liminar em janeiro/2018. Após interposição de recursos por parte da União Federal, o processo encontra-se suspenso de julgamento do Tribunal Regional da 3ª Região até que se conclua o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.616/RS, submetido ao rito de repercussão geral em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

(b) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-colaboradores do Grupo Cielo e de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

(c) Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

Passivos contingentes classificados como perda possível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	2.000.168	1.839.870	2.013.967	1.849.330
Trabalhistas	64.258	78.005	333.065	249.652
Cíveis	515.494	515.412	518.291	518.476
Total	2.579.920	2.433.287	2.865.323	2.617.458

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** – Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores a título de participação nos resultados da Companhia e das opções de compra de ações ("Plano de ações restritas"), referente aos anos de 2015 a 2020 no montante de R\$ 313.218; e

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- **IRPJ/CSLL** – Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de maneira indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real nos anos de 2015 a 2018, no montante de R\$ 941.249.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 5.700.000 representado por 2.668.174.120 (2.716.815.061 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 é de 2.668.168.278 (2.697.679.603 ações em 31 de dezembro de 2023).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

(b) Reserva de capital

Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.019 (R\$ 58.578 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(19.135.458)	(94.989)	4,96
Exercício de Ações Restritas:			
Janeiro	16.558	82	4,96
Fevereiro	4.917.625	24.411	4,96
Março	8.588	43	4,96
Maio	69.550	345	4,96
Junho	81.413	404	4,96
Julho	954.881	4.740	4,96
Agosto	13.077.826	64.918	4,96
Setembro	3.175	16	4,96
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.842)	(30)	4,96

(d) Reserva de lucros – legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1.140.000, sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

(e) Reserva de lucros – orçamento de capital

A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 2.540.213 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.617.870 em 31 de dezembro de 2023).

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2025 serão apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em abril de 2025.

(f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de juros sobre o capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado o pagamento dos juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração, em 30 de setembro de 2024, foi aprovada a constituição dos dividendos intermediários no montante de R\$ 3.820.000, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2024, e serão pagos até 31 de dezembro de 2025.

(g) Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e ganhos atuariais com benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Variação cambial sobre investimento no exterior	(164.736)	(165.639)	(164.736)	(165.639)
Ganhos atuariais com benefício pós-emprego, líquido	5.365	2.983	5.365	2.983
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(958)	-	(1.370)	-
Total	(160.329)	(162.656)	(160.741)	(162.656)

(h) Capital regulatório

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRip) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023, 10% em 2024 e 12% em 2025. O patrimônio mínimo requerido é destinado à cobertura dos riscos associados:

I - Aos serviços de pagamento prestados; e

II - Às demais atividades exercidas.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio de referência é de R\$ 6.121.673 (R\$ 11.982.573 em 31 dezembro de 2023). Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 2.843.850 (R\$ 1.801.418 em 31 dezembro de 2023).

16 Lucro líquido por ação

(a) Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	
Ações em 31 de dezembro de 2023	2.697.679.603
Exercício de Ações Restritas:	
Janeiro	16.558
Fevereiro	4.917.625
Março	8.588
Maio	69.550
Junho	81.413
Julho	954.881
Agosto	13.077.826
Setembro	3.175
Cancelamento de ações - Setembro	(48.640.941)
Ações em 31 de dezembro de 2024	2.668.168.278

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(b) Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações (desconsideradas as mantidas em tesouraria) com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado		
	2º Semestre	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	550.181	1.438.838	2.086.838
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	2.724.882	2.723.990	2.692.203
Lucro por ação (em R\$) – básico	0,20191	0,52821	0,77514

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado		
	2º Semestre	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	550.181	1.438.838	2.086.838
Denominador diluído:			
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	2.724.882	2.723.990	2.692.203
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de ações	-	-	18.100
Total (em milhares)	2.724.882	2.723.990	2.710.303
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,20191	0,52821	0,76996

17 Receita líquida

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	Exercício		Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	3.258.052	6.567.922	7.223.548	11.613.024	12.013.125
Impostos sobre a receita	(328.503)	(661.161)	(754.294)	(1.317.775)	(1.412.020)
Total	2.929.549	5.906.761	6.469.254	10.295.249	10.601.105

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

18 Gastos por natureza

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	Exercício		Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com aquisição	(1.368.440)	(2.702.736)	(2.781.268)	(5.082.182)	(4.828.795)
Gastos com pessoal	(811.402)	(1.282.338)	(796.580)	(1.784.145)	(1.419.058)
Depreciações e amortizações	(252.398)	(495.204)	(521.496)	(883.621)	(912.677)
Vendas, marketing e afiliação de clientes	(189.652)	(346.133)	(296.435)	(349.410)	(296.744)
Serviços profissionais	(274.606)	(826.999)	(945.807)	(331.776)	(271.186)
Diversos, líquido	7.053	33.814	437.929	141.452	630.465
Total	(2.889.445)	(5.619.596)	(4.903.657)	(8.289.682)	(7.097.995)
Classificadas como:					
Custo dos serviços prestados	(1.683.912)	(3.292.545)	(3.337.045)	(5.888.284)	(5.609.449)
Pessoal	(685.130)	(1.040.944)	(616.692)	(1.517.401)	(1.226.272)
Gerais e administrativas	(320.820)	(892.429)	(976.411)	(443.312)	(360.980)
Vendas e marketing	(113.399)	(188.744)	(139.932)	(192.022)	(140.242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(86.184)	(204.934)	166.423	(248.663)	238.948
Total	(2.889.445)	(5.619.596)	(4.903.657)	(8.289.682)	(7.097.995)

Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa com captura e processamento de operações, de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações. Abaixo demonstramos as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	Exercício		Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(28.928)	(115.460)	(94.957)	(184.736)	(164.725)
Gastos com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidos	(36.360)	(50.476)	(26.797)	(79.892)	(33.299)
Provisão, reversão e perda de imobilizado	(21.895)	(57.561)	1.658	(60.075)	(3.440)
Outras	999	18.563	286.519	76.040	440.412
Total	(86.184)	(204.934)	166.423	(248.663)	238.948

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são representadas principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais e demais perdas operacionais.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

19 Compromissos

Com base nos contratos vigentes, o Grupo Cielo possui compromissos futuros estimados (itens não registrados no balanço patrimonial):

(a) Contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	6.860	6.781
De 1 a 5 anos	17.715	22.236
Acima de 5 anos	-	425
Total	24.575	29.442

(b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office"

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, "back office" e televendas são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	466.451	520.248
De 1 a 5 anos	327.369	208.275
Total	793.820	728.523

20 Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	Exercício		Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Previdência complementar (a)	7.413	13.384	9.436	18.186	14.020
Benefícios com empregados (b)	104.754	160.807	83.263	250.766	195.131
Total	112.167	174.191	92.699	268.952	209.151

(a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, reconhecidas em gastos com pessoal.

(b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida, de acidentes pessoais e outros. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em gastos com pessoal.

Benefícios pós-emprego

O Grupo Cielo possui um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego,

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 11.286 (R\$ 12.399 em 31 de dezembro de 2023).

As taxas utilizadas no período foram: taxa de desconto nominal de 6,7% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 17,0% a.a. e aposentadoria aos 60 anos. No Patrimônio líquido o saldo registrado em outros resultados abrangentes é de R\$ 5.365 (R\$ 2.983 em 31 de dezembro de 2023).

21 Participação de colaboradores e administradores no resultado

O Grupo Cielo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no resultado no 2º Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 134.670 na controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 208.964 e de R\$ 233.742 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 151.479 e de R\$ 225.759 para o mesmo período de 2023).

22 Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal

A Administração da Cielo inclui os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretores estatutários.

Seguem as despesas registradas no resultado da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2º Semestre			Exercício					
	31/12/2024			31/12/2024			31/12/2023		
	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total
Diretores estatutários	6.123	17.022	23.145	13.312	24.288	37.600	13.105	16.803	29.908
Conselho de administração e fiscal	3.594	-	3.594	7.842	-	7.842	6.082	-	6.082
Total	9.717	17.022	26.739	21.154	24.288	45.442	19.187	16.803	35.990

O saldo de "outros" corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, líquido de impostos, e não contempla: (i) Incentivo de longo prazo, apresentado na nota explicativa nº 23; e (ii) os outros benefícios já apresentados na nota explicativa nº 20.

A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal aprovada em assembleia realizada em 30 de abril de 2024, é de R\$ 88.151 líquido de encargos, sendo: (i) R\$ 954 para o Conselho Fiscal; e (ii) R\$ 87.197 para os Administradores.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

23 Incentivo de longo prazo

São planos de remuneração liquidados em dinheiro, implementados com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados, bem como possibilitar que a Companhia atraia e mantenha o vínculo de seus administradores e empregados.

Todos os diretores estatutários e empregados elegíveis aos planos estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

Em 2024, foram reconhecidos no resultado incentivos de longo prazo no montante de R\$ 95.358 (R\$ 34.138 em 2023).

24 Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	Exercício		Exercício	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:					
Rendimentos de aplicações financeiras	16.095	38.047	87.123	212.291	328.564
Outras receitas financeiras	11.703	15.254	6.162	19.912	14.628
PLS e Cofins	(1.041)	(2.227)	(4.332)	(7.947)	(11.214)
Total	26.757	51.074	88.953	224.256	331.978
Despesas financeiras:					
Juros e encargos sobre empréstimos	(583.895)	(1.266.351)	(2.103.025)	(480.622)	(913.328)
Participação de terceiros em FIDCs	-	-	-	(684.266)	(1.018.261)
Atualização monetária de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.376)	(5.226)	(37.510)	(7.954)	(40.545)
Outras despesas financeiras	(63.149)	(115.451)	(41.023)	(128.204)	(51.266)
Total	(651.420)	(1.387.028)	(2.181.558)	(1.301.046)	(2.023.400)
Rendimento:					
Aquisição de recebíveis	-	-	-	1.403.696	1.566.704
Rendimentos de cotas FIDCs	744.886	1.516.666	1.805.974	-	-
Total	744.886	1.516.666	1.805.974	1.403.696	1.566.704
Variação cambial	(15.526)	(20.567)	(28.331)	(20.437)	(28.333)
Total	104.697	160.145	(314.962)	306.469	(153.051)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

25 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BCB nº 198/22.

(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

A Cielo mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos e um Código de Conduta Ética que estabelece os padrões de conduta esperados de Administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva), membros do Conselho Fiscal, colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, para as sociedades Controladas, acionistas, investidores, fornecedores e demais públicos com os quais a Cielo se relaciona.

A estrutura de gerenciamento de riscos mantém processos para o registro de eventos de riscos, que exige que tais eventos, materializados ou não, tenham planos de ação, com prazos e responsáveis; manutenção do inventário de riscos corporativos e avaliação periódica destes; mapeamento de riscos e testes de controles executados pela área de Controles Internos; monitoramento de transações, em busca de suspeitas de fraude, entre outros.

(b) Gestão de Risco de Crédito

A Cielo possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais. O gerenciamento desse risco é realizado de acordo com a natureza e porte das operações e dos produtos.

(b.1) Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

O nível de risco ao qual a Cielo está exposta depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores e aos credenciadores, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão, conforme modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Cielo solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessários para a cobertura da sua exposição ao risco de crédito.

(b.2) Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos ou Subcredenciadores

A Cielo adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Cielo. Ademais, a Cielo pode, conforme análise de

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

risco realizada, solicitar garantias a eles.

(b.3) Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras ou boleto bancário, quando há estimativa de perda uma provisão é constituída.

(b.4) Risco de Crédito de Clientes - *Chargeback* e Vendas Diferidas

Caso a Cielo não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial, independentemente do motivo, ou por meio de outra forma de cobrança, como o boleto, o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Para gerenciar a exposição a este risco, a Cielo monitora periodicamente o comportamento transacional e a saúde financeira destes clientes, com especial atenção para clientes que fazem a entrega do produto ou serviço em momento posterior àquele da autorização da operação (vendas diferidas).

(c) Gestão de Riscos Operacionais

A Cielo possui riscos decorrentes de sua operação. Para os referidos riscos, a Cielo adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para a sua mitigação, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Resolução BCB nº 198/22 e à Resolução BCB nº 260/22.

(d) Gestão de Risco de Capital

A Cielo mantém patrimônio mínimo requerido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, em valor superior ao requerimento mínimo de 10%, destinado a cobrir os riscos associados aos serviços de pagamento prestados e às demais atividades exercidas, apurado diariamente (vide nota explicativa nº 15). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

(e) Gestão de Risco de Liquidez

A Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Nesse contexto, o Risco de Liquidez é avaliado diariamente, utilizando as métricas definidas no Plano de Contingência, que incluem projeções de fluxo de caixa e a mensuração do caixa mínimo necessário. Além disso, semestralmente,

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

É realizado teste de estresse de liquidez com o objetivo de mensurar o nível de exposição ao risco de liquidez da Cielo e sua capacidade de solvência.

(f) Gestão de Risco de Mercado

É gerenciado por meio do cálculo do VaR (*Value at Risk*) das posições financeiras da Cielo, avaliações de impacto de cenários de reajuste nos indicadores atrelados aos instrumentos financeiros passivos, acompanhamento da *duration* e atualização da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

(f.1) Risco de Taxa de Câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas.

A Cielo faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Cielo é feita em moeda estrangeira). A Cielo dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

(f.2) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Cielo está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta a sua conversão no fim de cada período de reporte para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria um aumento ou uma redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	566	1.414	2.828	2.920	7.299	14.599
Patrimônio Líquido	399	997	1.994	362	905	1.811

(f.3) Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

De acordo com as suas políticas financeiras, a Cielo aplica os seus recursos em instituições financeiras de primeira linha e opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(f.4) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(122.830)	(307.076)	(614.152)	(201.456)	(503.640)	(1.007.280)

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(26.833)	(67.083)	(134.166)	(58.345)	(145.862)	(291.725)

(g) Gestão de Risco de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo

A Cielo adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

(h) Gestão de Risco de Conformidade

A análise do risco de conformidade é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Este risco pode ser identificado no decorrer das atividades diárias, monitorado pelas áreas de negócio e suporte, pela equipe de *Compliance*, pela área de Controles Internos, por todas as áreas da empresa por meio do registro de ocorrências de riscos, durante a avaliação de produtos e serviços, no monitoramento das perdas operacionais e pela equipe de Auditoria Interna. Essas ações visam assegurar a conformidade da empresa aos instrumentos normativos internos, às modificações no ambiente regulatório externo e às regras estabelecidas pelos instituidores de arranjo de pagamento ("bandeiras").

(i) Gestão de Risco Social, Ambiental e Climático

A Cielo mapeia e gerencia os aspectos e impactos sociais, ambientais e climáticos de seus processos, operações, produtos e serviços, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, buscando atingir os objetivos descritos na política de sustentabilidade e no código de conduta ética. Esses riscos são analisados por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(j) **Gestão de Risco de Reputação**

Decorre da percepção negativa sobre a Cielo por parte de clientes, parceiros, fornecedores, acionistas, controladas, mídia, influenciadores sociais, investidores, reguladores etc. Este risco pode se materializar em decorrência da materialização de outros eventos de riscos.

O processo de gestão do risco reputacional envolve: identificação por todas as áreas da empresa, avaliação e mensuração das perdas operacionais, resposta e monitoramento do risco reputacional, e acompanhamento diário dos indicadores de risco reputacional com reportes mensais compartilhados e reportes semestrais para a Administração.

(k) **Gestão de Risco de Estratégico**

A análise do risco estratégico é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

O risco de estratégia pode ser oriundo de: mudanças na demanda e preferências dos estabelecimentos comerciais, mudança legal e normativa, pressão competitiva, incluindo a entrada de novos concorrentes, alterações nos segmentos prioritários, mudanças tecnológicas, novas tendências de mercado, aquisição, fusão e demais operações societárias de empresas, alteração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração e pressão das partes interessadas para que a Cielo realize, deixe de realizar ou altere a forma como realiza determinada atividade.

A área de riscos, com o apoio das áreas responsáveis pela (i) gestão da estratégia, (ii) gestão da sustentabilidade e (iii) gestão da continuidade do negócio, identifica os riscos emergentes e estratégicos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Cielo ou que possam afetar de maneira adversa os demais riscos corporativos da Cielo.

(l) **Gestão de Riscos Emergentes**

Os principais riscos emergentes identificados pela Cielo são aqueles que levam à possível desintermediação dos produtos de adquirência, no longo prazo, ou que afetem de modo relevante a continuidade e a segurança dos seus negócios.

A Cielo possui um processo para identificar, monitorar e reportar riscos emergentes, baseando-se em *benchmarkings* e boas práticas de mercado.

(m) **Gestão de Riscos Cibernéticos**

Por estar inserida no meio digital, a Cielo está susceptível a riscos cibernéticos, havendo a probabilidade de ocorrer um evento adverso que pode comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informações críticas, sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Em função disso, adotamos uma Política de Segurança da Informação em conformidade com a Resolução BCB nº 85/2021, de modo a controlar e mitigar os riscos oriundos a ameaças digitais às quais o negócio está exposto.

26 Transações e saldos com partes relacionadas

O Grupo Cielo, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. O Grupo Cielo acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

As partes relacionadas são compostas entre Controladores (Bradesco e Banco do Brasil); Controladas (Aliança, Servinet, Stelo, Cateno e Cielo USA) fundos de investimento (FIDC, FIDC Plus e FIDC Emissor II).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato das operações com partes relacionadas em que o Grupo Cielo participa, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Controladora				Consolidado		
	31/12/2024				31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Controladores	Controladas	Fundos de investimento	Total	Total	Total	Total
Ativos:							
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	178.219	-	-	178.219	261.891	279.085	380.268
Contas a receber operacionais (b)	24.841.986	-	-	24.841.986	25.124.705	24.841.986	25.124.705
Contas a receber com partes relacionadas (c)	-	177.901	76	177.977	112.511	1.038.744	921.146
(Passivos):							
Empréstimos e financiamentos (d)	-	-	-	-	(3.194.012)	(2.048)	(3.194.012)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(26.627)	-	-	(26.627)	(27.902)	(26.627)	(27.902)
Contas a pagar com partes relacionadas (c)	-	(292.252)	-	(292.252)	(287.791)	(496.125)	(464.250)
Saldos recebidos a repassar para FIDC	-	-	(16.239.268)	(16.239.268)	(18.068.253)	-	-

	Controladora				31/12/2023	Consolidado	
	31/12/2024					31/12/2024	31/12/2023
	Controladores	Controladas	Fundos de investimento	Total		Total	Total
Receitas:							
Receitas de aplicações financeiras (a)	19.553	-	-	19.553	61.252	30.854	84.059
Receitas de prestação de outros serviços (f)	16.360	-	910	17.270	13.387	16.360	12.493
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	21.161	-	-	21.161	32.516	21.161	32.516
Outras receitas (i)	-	2.321	-	2.321	5.066	72.014	-
(Despesas):							
Despesas financeiras (d)	(114.269)	-	-	(114.269)	(489.846)	(114.755)	(490.344)
Despesa com antecipação de recebíveis	-	-	(785.729)	(785.729)	(1.189.669)	-	-
Despesas com benefícios (h)	(109.222)	-	-	(109.222)	(61.534)	(167.161)	(131.469)
Contratos de serviços de prospecção de clientes	-	(695.693)	-	(695.693)	(848.468)	-	-
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (c)	-	-	-	-	-	(42.356)	(42.557)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(157.389)	-	-	(157.389)	(156.503)	(157.389)	(156.503)
Outras despesas operacionais	(528)	-	-	(528)	(590)	(528)	(590)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras em bancos ligados.
- b) Os valores a receber referem-se substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores Banco do Brasil e Bradesco decorrentes das transações realizadas com cartões.
- c) Os valores a receber se referem substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelo emissor Banco do Brasil à Cateno, decorrentes das transações realizadas com cartões. Os saldos de contas a pagar se referem à prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard, bem como a saldos de dividendos a pagar.
- d) Correspondem a captação de recursos para capital de giro por meio de uma linha de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e empréstimos junto aos bancos acionistas.
- e) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes com o objetivo de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus à remuneração de 10 pontos-base sobre o volume elegível. O volume elegível, incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN (*Value Added Network*) e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.
- f) Corresponde à disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelo Bradesco de transações realizadas com cartões por ele emitidos, bem como a cobrança do serviço de exibição de QR Codes e de recebimento Pix e os respectivos status da transação nos meios de captura Cielo.
- g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto ao Banco do Brasil e Bradesco, que sublocam os equipamentos para os seus clientes.
- h) Benefícios contratados com o Banco do Brasil e Bradesco (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência complementar).
- i) Corresponde ao ressarcimento de gastos pelo Banco do Brasil à controlada Cateno.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, o Grupo Cielo mantém outros contratos de prestação de serviços contratados com os principais parceiros, a saber:

- Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo
- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network – VAN" e prestador de serviço de rede "PSR")
- Serviços de "cash management"
- Seguros contratados
- Cartão de crédito corporativo e de benefícios
- Serviços de pagamento a fornecedores
- Concessão de pontos nível
- Serviços de representação junto à Nuclea
- Escrituração de ações da Companhia
- Serviços operacionais - programa de emissão de ações
- Serviços de escrituração e gestão de títulos e valores mobiliários
- Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados
- Credenciamento ao sistema Cielo
- Incentivo ao desenvolvimento e atualização tecnológica
- Serviços de gestão transacional
- Cessão de recebíveis

27 Resultado não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo Cielo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes abaixo estão apresentados líquidos dos efeitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício		Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	1.438.838	2.086.838	1.769.543	2.468.163
Itens não recorrentes				
Gastos relacionados a OPA (a)	70.320	-	75.641	-
Constituição Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal (b)	-	-	(86.335)	-
Reversão provisão ISS Municipalidade (c)	-	(222.522)	-	(253.964)
Total	70.320	(222.522)	(10.694)	(253.964)
Resultado recorrente	1.509.158	1.864.316	1.758.849	2.214.199

- a) Em 30 de setembro de 2024, foram registrados gastos relacionados a OPA no montante de R\$ 106.545 (R\$ 70.320 líquidos de efeitos fiscais) na Controladora

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

e R\$ 114.607 (R\$ 75.641 líquidos de efeitos fiscais) no Consolidado.

- b) Em 30 de setembro de 2024, foram registrados créditos tributários sobre prejuízo fiscal na Controlada Stelo no montante de R\$ 86.335.
- c) Em 30 de junho de 2023 ocorreu o resultado não recorrente referente a reversão de provisão ISS Municipalidade no montante de R\$ 222.522 na controladora e R\$ 253.964 no consolidado.

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos provisionados	3.820.000	-	3.820.000	-
Dividendos a receber de Controlada Direta	124.607	103.403	-	-
Benefício pós-emprego	2.382	1.688	2.382	1.688
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(958)	-	(1.370)	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	903	(314)	903	(314)
Juros sobre o capital próprio proposto	-	179.388	-	179.388

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	20.000
Seguro D&O	250.000
Bens e ativos	40.683
Ataque Cibernético	25.000
Armazenagem de máquinas, móveis e utensílios	48.061
Transporte de máquinas e equipamentos	2.500
Frota de veículos	3.047

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Filipe Augusto dos Santos Oliveira
Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores
Diretor responsável pela contabilidade

Yvan Calil Zanetti
Superintendente de Contabilidade, Tributário, Garantia de Receita e Controladas
Responsável técnico contábil

Vagner Akihiro Tatebe
Contador CRC 1SP292671/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com o padrão contábil COSIF das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e regulamentações complementares do BCB (“Demonstrações Contábeis 2024 em COSIF”), e Relatório da Administração referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, por unanimidade, opinaram favoravelmente, concluindo que os documentos examinados, à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

ANALAURA NEVES DE MORAIS GONTIJO

CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA

GISELE BARBOSA PESSOA

HERCULANO ANÍBAL ALVES

MARCOS APARECIDO GALENDE

Presidente do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento,

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as propostas da Administração a serem encaminhadas à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia acerca: **(a)** da destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“Exercício de 2024”); e **(b)** do orçamento de capital para o exercício de 2025, por unanimidade, opinaram favoravelmente acerca das propostas ora apresentadas, estando as referidas em condições de serem apreciadas e deliberadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos abaixo descritos:

“(a) A destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“Exercício de 2024”), no montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), a ser retido integralmente com base em orçamento de capital, nos termos abaixo descritos no item (b).

Não haverá destinação de lucro para a distribuição de dividendos, uma vez que os dividendos mínimos obrigatórios (“Proventos”), que totalizariam R\$ 431.651.298,74 (quatrocentos e trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), já estão inclusos no montante dos dividendos intermediários de R\$3.820.000,00 (três bilhões e oitocentos e vinte mil reais), aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2024.

Não haverá destinação de lucro à reserva legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva já atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e do item (i) do artigo 28 de seu Estatuto Social.

(b) Para o orçamento de capital para o exercício social de 2025, a retenção do montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) do lucro líquido do Exercício de 2024, que somado ao valor remanescente da reserva de lucros – orçamento de capital existente, totalizará R\$ 2.540.211.836,47 (dois bilhões, quinhentos e quarenta milhões, duzentos e onze mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos).

O montante retido com base no orçamento de capital terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar: (i) a expansão dos produtos de prazo projetada para o exercício social de 2025; e (ii) os investimentos em tecnologia e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, incluindo aquisição de equipamentos de captura.

O prazo de duração do orçamento de capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações contábeis elaboradas pela Administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

ANALAURA NEVES DE MORAIS GONTIJO

CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA

GISELE BARBOSA PESSOA

HERCULANO ANÍBAL ALVES

MARCOS APARECIDO GALENDE
Presidente do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia ("COSIF") referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA O ORÇAMENTO DO CAPITAL

Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até abril de 2025, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2025 (“Orçamento de Capital”):

(a) retenção do montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) do lucro líquido do exercício de 2024, o qual será adicionado ao valor remanescente da reserva de lucros existente.

O montante retido com base no orçamento de capital terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar (i) a expansão dos produtos de prazo projetada para o ano fiscal de 2025 e (ii) os investimentos em tecnologia e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, incluindo aquisição de equipamentos de captura.

O prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO



Relatório Anual do
Comitê de Auditoria
Janeiro/2025

CIELO S.A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
CNPJ 01.027.058/0001-91
NIRE 35.300.144.112

Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social de 2024

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovado em 14 de dezembro de 2022 (“Regimento Interno”), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos 01 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Atualmente, o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de maio de 2024 e 18 de setembro de 2024, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976 referentes ao exercício social de 2024.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta, ou em trabalhos e atividades demandados pelo Comitê.

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2024, o Comitê realizou 05 (cinco) sessões ordinárias e 11 (onze) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, contabilidade, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

É importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com o líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 05 (cinco) reuniões com os auditores independentes. Ainda, reuniram-se em 02 (duas) reuniões de trabalho, para discussões e esclarecimentos acerca de assuntos de interesse do Comitê.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, anualmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê, o plano de trabalho da auditoria interna e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2024, cabe destacar os temas, de maneira não exaustiva, que foram objetos de análise, discussão e recomendação, conforme competência do Comitê, além das contribuições realizadas pelos membros durante as discussões, a saber: **(a)** contratação da auditoria independente na prestação de serviços de auditoria: (i) das demonstrações contábeis anuais e semestrais e emissão dos respectivos relatórios; (ii) da revisão das informações contábeis intermediárias; e (iii) da revisão eletrônica da escrituração Contábil Fiscal - ECF, para a Companhia e suas controladas, Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”), Stelo S.A. (“Stelo”) e Aliança Pagamentos e Participações Ltda., no exercício de 2024; **(b)** relatório da administração e das demonstrações contábeis: (i) anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”); (ii) anuais consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório contábil (“IFRS”) emitidas pelo *International*

Accounting Standards Board (“IASB”); e (iii) semestrais individuais e consolidadas referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; **(c)** demonstrações contábeis intermediárias: (i) individuais e consolidadas da Companhia referentes aos trimestres de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; e (ii) consolidadas da Companhia referentes aos trimestres de 2024 elaboradas de acordo com as normas IFRS, emitidas pelo IASB; **(d)** relatórios dos Auditores Independentes sobre: (i) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; (ii) as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas IFRS emitidas pelo IASB; (iii) a revisão de informações trimestrais - ITR sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes aos trimestres de 2024 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; e (iv) a revisão de informações trimestrais - ITR sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos trimestres de 2024, preparadas de acordo com as normas IFRS, emitidas pelo IASB; (v) trabalho de reconciliação de contas transitórias da Companhia; **(e)** ofícios e/ou comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; **(f)** relatório anual da auditoria interna referente ao exercício social de 2023; **(g)** plano de trabalho anual da auditoria interna (“Plano Anual Auditoria – 2024”) para o exercício de 2024, bem como os respectivos ajustes realizados no referido plano durante o 1º semestre de 2024; **(h)** *status* do Plano Anual Auditoria – 2024 e principais ocorrências de 2024; **(i)** *status* dos planos de ação decorrentes dos resultados dos trabalhos realizados no âmbito do Plano Anual Auditoria – 2024; **(j)** análise e discussão dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna acerca dos seguintes assuntos: (i) Regras de Comunicação de Rede; (ii) Gerenciamento dos Riscos de TI; (iii) Certificação de Riscos Altos; (iv) Captura de Transações; (v) Migração de extrato AWS; (vi) Agência de Viagens Digital; (vii) Registro de Recebíveis Cielo I Resolução BCB nº 264; (viii) Operação *Cloud*; (ix) Registro de Recebíveis Braspag I Resolução BCB nº 264; (x) Configuração de Ativos de TI; (xi) Homologação de Desenvolvimento de Soluções; (xii) Antecipação de Recebíveis I ARV Braspag; (xiii) Respostas aos incidentes de Segurança da Informação; (xiv) Governança dos controles PCI; (xv) Gestão de API; (xvi) Migração de Extrato para *Cloud*; (xvii) Processo de *chargeback* (contestação de transação); (xviii) Gestão de Ativos – Soluções de Captura (equipamentos POS e PINPAD); (xix) Certificação dos planos de ação de risco alto do 1º quadrimestre/2024; (xx) processo de incidentes de TI; (xxi) Canais Remotos; (xxii) Governança de dados; (xxiii) Administração contábil (lançamentos manuais); (xxiv) ID digital; (xxv) Avaliação de *hardening*; (xxvi) Avaliação de segurança do *active directory*; (xxvii) Captura integrada – fase 1; (xxviii) Cadastro único; (xxix) Gestão de fraudes transacional; (xxx) FUP quadrimestral; **(k)** Acompanhamento do plano de implementação da Resolução BCB nº 352/2023 e aprovação do modelo de negócio; **(l)** Denúncias recebidas através do Canal de Ética, bem como o *status* dos respectivos processos de apuração e as medidas disciplinares aplicadas para os relatos procedentes; **(m)** reporte trimestral sobre os principais incidentes de segurança; **(n)** relatório anual sobre a implementação dos planos de ação e de resposta a incidentes para o cumprimento da política de segurança da informação e cibernética da Companhia, nos termos da Circular Bacen nº 85/2021; **(o)** relatório semestral da Ouvidoria da Companhia referente ao 2º semestre de 2024; **(p)** contingências/provisões judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias e riscos não materializados; **(q)** Sistema de Avaliação de Riscos e Controles (“SRC”) - planos de ação sobre os riscos e oportunidades de melhoria identificados; **(r)** relatório de avaliação de efetividade dos processos e controles da Companhia, conforme disposto na Circular nº 3.978/2020 do Bacen, bem como o acompanhamento das ações declaradas no relatório; **(s)** relatórios trimestrais de prevenção a fraudes; **(t)** relatório anual de sistemas de controles internos, em observância à Resolução BCB nº 260/2022; **(u)** Plano Diretor de Privacidade e Proteção de Dados I 2024; **(v)** eleição do Coordenador do Comitê; **(x)** proposta de ajustes ao orçamento da Auditoria Interna e Comitê de Auditoria e proposta de orçamento da Auditoria Interna para 2025; e **(z)** proposta de plano de trabalho bienal da Auditoria Interna (2025 e 2026).

2. Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais e Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao Exercício Social de 2024

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das: **(a)** demonstrações contábeis individuais e consolidadas Semestrais e Anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Bacen (“COSIF”) e normas e instruções da CVM e regulamentações complementares do Bacen, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração; e **(b)** demonstrações contábeis consolidadas anuais da Companhia, elaboradas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2024. Diante do exame e da análise efetuada, os membros do Comitê recomendam, por unanimidade, a aprovação das referidas demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 30 de janeiro de 2025.

Paulo Henrique Andolhe

Coordenador do Comitê de Auditoria

Ângela Beatriz de Assis

Membro do Comitê de Auditoria

Antonio Gustavo Matos do Vale

Membro do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa

Membro do Comitê de Auditoria